

Otimismo, com prudência

A DIMENSÃO do acordo de reescalonamento da dívida externa, anunciado simultaneamente pelas autoridades brasileiras e representantes dos bancos credores, não se restringe apenas aos aspectos financeiros.

EVIDENTEMENTE, com base no que foi acertado, o Brasil terá mais tranquilidade para programar antecipadamente suas contas externas, em consonância com os objetivos internos de política econômica.

O MAIS importante, porém, é que este entendimento representa a normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional — e, sem isso, a retomada do processo de crescimento econômico se tornaria extremamente problemática.

O ACORDO, além de proporcionar de imediato uma economia no pagamento de juros e de suavizar o cronograma de amortização do principal do débito, certamente é um passo para que o Brasil volte a obter financiamentos indispensáveis na compra de máquinas, equipamentos, insumos básicos, peças e

componentes, a custos bem mais baixos.

SÃO INÚMEROS os benefícios dessa normalização, até mesmo em termos de combate à inflação. Se a indústria nacional tiver acesso, em condições razoáveis, a equipamentos que hoje estão fora de seu alcance, poderá produzir em maior escala e a preços mais baixos. Como outra consequência, também as exportações se tornarão mais competitivas, melhorando as condições para a amortização da própria dívida externa.

SE, ATRAVÉS desses financiamentos, o Brasil aumentar a sua capacidade para fazer importações selecionadas, é natural que venha a haver maior receptividade também para aceitação de produtos brasileiros no mercado internacional. O fluxo de comércio poderá, então, crescer como um todo, gerando fretes e ocupação para as empresas brasileiras de navegação, que, por sua vez, se sentirão estimuladas a encomendar navios junto aos estaleiros nacionais.

O ENTENDIMENTO com os credores privados abre

também espaço para que o Brasil agora, no segundo semestre, feche um acordo ainda melhor com os credores oficiais, reunidos no Clube de Paris, justamente os que podem oferecer ao País financiamentos de mais longo prazo e juros baixos, adequados a projetos que exigem tempo para maturação, como usinas hidrelétricas, estradas, saneamento básico etc.

EM SUMA, o acordo com os bancos credores, mais do que a solução de um impasse específico, é peça-chave para a remoção dos obstáculos que hoje entravam as tentativas de retomada do desenvolvimento econômico.

VIVEMOS, portanto, um momento de alívio — mas é sempre preciso lembrar que este será fugidio se produzir, por excesso de euforia, qualquer relaxamento nas metas de austeridade a que se impôs o Governo federal ou se a iniciativa privada não corresponder, com redobrado empenho, às oportunidades que agora se abrem.

GANHAMOS direito a um certo grau de otimismo. Mas ele terá de ser prudentemente realista.